

Portugal e a Europa: diferenças e semelhanças

O PROBLEMA

O problema das relações de diferença e semelhança entre Portugal e os restantes países europeus, nomeadamente aqueles que são hoje nossos parceiros na Comunidade Europeia, permanece tanto mais controverso quanto raramente tem sido objecto de estudo desapaixonado. Deve-se isto, em boa medida, ao facto de Portugal ser um país pequeno e geograficamente estreme, e ao mesmo tempo um velho Estado-nação cuja identidade e interesses se construíram, em parte, por contraste com a Europa continental.

Daqui decorreu, historicamente, uma tensão duradoura entre vocação europeia e vocação luso-tropical que investiu não só as estratégias e discursos das elites como os próprios destinos materiais e simbólicos da população, quanto mais não fosse através da colonização e da emigração. A recente adesão de Portugal à Comunidade Europeia, na sequência de uma descolonização tardia e de uma igualmente tardia democratização do sistema político, ainda não aboliu aquela tensão e não é possível, neste breve ensaio, senão contorná-la.

Contra as tendências historicistas que marcam, frequentemente, as atitudes de muitos observadores portugueses e até estrangeiros, proponho-me partir do *presente* — isto é, a situação actual das relações de diferença e semelhança sociológica entre Portugal e os demais países da Comunidade — para explicar, na medida do possível, algumas das razões que dão conta dessa mesma situação. Do mesmo passo, indicar-se-á o modo como o *passado* da sociedade portuguesa está a recuar rapidamente perante a maneira como o «desafio europeu» foi respondido — com algum êxito indiscutível — pelos vários estratos da população.

À partida, afastarei, quanto mais não seja como explicação primeira, qualquer noção forte do «carácter nacional» português. A ter qualquer pertinência interpretativa, tal «carácter nacional» careceria ele próprio de ser expli-

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

cado, o que não está dentro do âmbito deste ensaio nem foi, que eu saiba, convincentemente feito por ninguém¹.

Ao invés disso, sustentarei que a maior parte das diferenças que separam, actualmente, Portugal do resto da Europa, em especial os países da Europa do Norte, podem ser operatorialmente construídas como *diferenças de grau* — e não de *natureza* — numa espécie de contínuo comum aos países que partilham o essencial de valores culturais tais como os de uma Europa da qual Portugal faz parte, geográfica e historicamente, desde o advento dessa área macrocultural.

UNIDADE DA EUROPA OCIDENTAL

Não se trata, porém, de invocar agora qualquer património cultural substantivo. Com efeito, como assinalava Jean Stoetzel no seu conhecido estudo de há dez anos sobre o sistema de valores europeu, «aquilo que mais autoriza, sem dúvida, a falar de uma unidade da Europa ocidental é a *uniformidade dos processos* encontrados ao examinar as variações das opções de valor em cada país» (itálico nosso)².

O estudo em questão dizia respeito a nove dos países que hoje constituem a Comunidade Europeia (faltam a Grécia, Luxemburgo e Portugal), mas todos os estudos de opinião subsequentes em que Portugal passa a figurar confirmam aquela mesma regularidade de distribuição de valores, atitudes e comportamentos, segundo um conjunto previsível de variáveis demográficas, sociais e económicas.

Naturalmente, como Stoetzel acrescenta de imediato, «a forma gaussiana das distribuições das respostas não é, evidentemente, específica do dito subcontinente [europeu], como não o é o modelo quadrático da distribuição dos rendimentos segundo a idade nos países de economia monetária, nem tão-pouco o modelo de terceiro grau que representa as variações vinculadas à idade. Estas regularidades são, presumivelmente, muito mais gerais, mesmo se aqueles que exercem a profissão de sociólogos não se preocuparam com a sua observação³.»

«Mas», continua o autor, «a hierarquia das virtudes, a ordem geral dos comportamentos moralmente contestáveis [...] a sobrevivência das prescrições morais do Decálogo, manifestam a existência, na Europa, de uma comu-

¹ A título exploratório, foi feito por Paulo Monteiro um levantamento bibliográfico sobre aquilo que designámos «A ideologia do carácter nacional português» (disponível em versão dactilografada apresentada ao colóquio «Sociedade, valores culturais e desenvolvimento», FLAD, Maio de 1991). Os resultados do levantamento são conformes às observações derogatórias de Ernest Gellner sobre a ideologia nacionalista em geral (cf. *Nations and Nationalism*, a publicar brevemente em português, ed. Gradiva).

² J. Stoetzel, *Que pensamos los europeos? Encuesta sobre los valores morales, sociales, políticos, educativos y religiosos en...*, trad. castelhana, Madrid, 1982, p. 328.

³ Id., *ibid.*

nidade cultural em matéria de ética. Ora bem, relativamente à norma, são sempre paralelas as variações em função do sexo, do nível de rendimento e de instrução, do lugar na hierarquia profissional e do facto de se ser ou não proprietário da sua residência. O que é válido para a moral é-o também, de forma geral, para a política, a religião, a família e o trabalho.» E Stoetzel conclui taxativamente: «O sistema de valores europeu funciona de forma igual em cada uma das suas diversas partes [nacionais] ⁴.»

Nesta conformidade, o essencial das diferenças empiricamente observadas entre os valores, atitudes e comportamentos da população portuguesa e os do resto da população europeia pode e, em minha opinião, deve ser explicado pela história nacional e o seu carácter contingente, e sobretudo pela configuração demográfica, social e económica do país na véspera da sua entrada na Comunidade. Com efeito, a conclusão de Stoetzel quanto à unidade formal da Europa é reforçada por J.-C. Deheneffee, da equipa do *Eurobarómetro*, nas suas considerações de 1986 sobre a opinião pública europeia.

DIVERSIDADE DOS GRUPOS SOCIAIS

Ao observar as diferenças de opinião entre países, Deheneffee chama, contudo, a atenção para o facto seguinte, frequentemente só acessível aos autores das sondagens: «Os desníveis observados de país para país parecem, aliás, prender-se mais com diferenças a nível das situações políticas, sócio-económicas e culturais do que a nível de 'mentalidade profunda'. Verificam-se geralmente maiores diferenças entre regiões do mesmo país do que entre médias nacionais e *desníveis ainda mais acentuados entre os diversos grupos sociais* (jovens, indivíduos com um nível de instrução elevado, líderes de opinião, habitantes de zonas rurais, etc.) ⁵.»

A terminar, o autor tira uma conclusão da máxima importância, que mostra como os enviesamentos metodológicos podem conduzir a falsas interpretações e, como sucede no caso vertente, a alimentar velhas crenças: «A apresentação habitual dos resultados das sondagens internacionais por país, e unicamente por país, constitui assim, antes de mais, uma prática que oculta — por natureza — as semelhanças ou diferenças entre grupos sociais ⁶.»

Se tivermos ainda em conta que, segundo o criador do *Eurobarómetro*, J.-P. Rabier, «diferenças de percentagem inferiores a 5 % entre dois resultados comparáveis não deveriam, normalmente, ser consideradas estatisticamente significativas ⁷, tudo leva a crer que os eventuais desvios da sociedade portuguesa relativamente aos padrões culturais médios da Europa devem

⁴ Id., *ibid.*, pp. 328-329.

⁵ *O que pensam os Europeus. Considerações sobre a opinião pública dos Europeus de 1973 a 1986*, Documentação Europeia, Luxemburgo, 1986, p. 37 (itálico nosso).

⁶ *Ibid.*, p. 38.

⁷ *Ibid.*, p. 11.

ser não só relativizados, como devem sobretudo ser explicados em função dos indicadores demográficos e sócio-económicos habituais, a começar pelo simples rendimento *per capita*.

Tais conclusões destroem em boa medida as ideias feitas acerca dos «temperamentos» e das «identidades» nacionais. Em contrapartida, levam a pensar que, *et ceteris paribus*, uma evolução semelhante das estruturas culturais (*maxime* os níveis de instrução), sociais (*maxime* profissionais) e económicas (*maxime* os níveis de rendimento e a sua distribuição) tem toda a probabilidade de arrastar consigo uma aproximação gradual das atitudes e comportamentos de todos os Europeus, incluindo os Portugueses.

Transversalmente ao paralelismo da evolução sócio-económica, ocorrem ainda as mudanças geracionais, nas quais insiste também Juan Linz no seu prefácio à edição espanhola do citado livro de Stoetzel, bem como a evolução demográfica. Quanto à mudança geracional, embora possa, conforme diz Linz, «ficar sempre a dúvida sobre se as atitudes dos jovens correspondem à sua juventude ou se são a expressão de uma geração e se perdurarão quando chegarem à maturidade»⁸, todos os estudos de opinião feitos recentemente em Portugal apontam claramente para uma maior aproximação das curvas portuguesas às curvas europeias à medida que se passa das camadas etárias mais velhas para as mais jovens.

Quanto à evolução demográfica, observa-se a mesma aproximação às médias europeias ao nível dos principais indicadores, desde o substancial aumento da esperança de vida e a significativa redução da mortalidade infantil até às taxas de matrimónios e divórcios, passando pela redução da natalidade, bem como, sobretudo, pela queda rápida e drástica da fertilidade. Esta última, denotando uma profunda evolução dos comportamentos femininos, acompanhou um movimento geral ocorrido na última década em todos os países da Europa do Sul, mas que não foi, até agora, convenientemente estudado nem apreciado nas suas significações sociológicas⁹.

A DIFFERENTIA SPECIFICA PORTUGUESA

Assinaladas estas aproximações graduais e, às vezes, aceleradas das estruturas da nossa sociedade aos padrões europeus, convém recordar, em contrapartida, as atitudes dos Portugueses, há dez anos, perante a perspectiva da adesão à Comunidade Europeia. Nada ilustra melhor a temática deste ensaio. Ora, os resultados da sondagem merecem que nos detenhamos neles, pois podem ajudar a captar, com um mínimo de rigor sociológico, alguns dos traços explicativos da relativa especificidade portuguesa no concerto europeu.

⁸ J. Linz, «Prólogo a la edición española», in J. Stoetzel, *op. cit.*, p. xx.

⁹ Para a evolução dos indicadores portugueses e para algumas comparações europeias, cf. *Portugal Social* INE, Lisboa, 1992.

Com efeito, a análise comparada das respostas dos Portugueses e dos Espanhóis às perguntas sobre o sentimento de estar ou não bem informado acerca da Comunidade Europeia é reveladora (*Eurobarómetro*, n.º 17, Junho de 1982). Em ambos os países era muito diminuto o número daqueles que se consideravam bem informados (12 % em Espanha e 14 % em Portugal), mas, enquanto 78 % dos Espanhóis declaravam estar mal informados, só 23 % dos Portugueses diziam o mesmo, remetendo-se os demais 63 % para a «não-resposta» (contra 10 % apenas em Espanha).

Finalmente, o exame mais fino das respostas das pessoas que, em ambos os países, diziam seguir de perto os assuntos europeus levou o próprio relator da sondagem a concluir o seguinte: «A especificidade de Portugal surge ainda mais nitidamente... Observámos anteriormente que, de forma geral, [na Comunidade] as pessoas que se interessam pelos problemas da [dela] têm mais tendência para se sentirem suficientemente bem informadas. Ora, esta relação é praticamente nula em Espanha, onde o sentimento de não estar suficientemente informado é geral; pelo contrário, essa relação é muito forte em Portugal, onde o grupo *'daqueles que sabem'* parece muito fechado sobre si mesmo¹⁰.» (Itálico nosso.)

Esta polarização entre, por um lado, uma percentagem enorme da população que não responde ou declara não ter opinião e, por outro lado, uma elite que a própria análise estatística mostra ser «muito fechada», tal polarização, dizíamos, não diz apenas respeito às atitudes perante a Europa, sendo recorrente em Portugal, segundo todos os estudos comparativos ou exclusivamente nacionais. Nós próprios tivemos oportunidade de observar efeitos do mesmo fenómeno num inquérito recente destinado a sondar as atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento¹¹.

Numa tentativa, ainda muito grosseira, para avaliar o sentimento de «distância ao poder» na sociedade portuguesa, numa escala de seis graus, encontramos a seguinte distribuição:

	1	2	3	4	5	6	
Mínima distância ao poder	4 %	4 %	11 %	9 %	10 %	63 %	Máxima distância ao poder

Estes resultados, por discutíveis que sejam, confirmam, contudo, o forte sentimento de «distância ao poder» que G. Hofstede já encontrara para Portugal, há perto de um quarto de século, no seu conhecido estudo internacional¹². Por outro lado, tais resultados contrastam com o sentimento de

¹⁰ *Eurobarómetro*, n.º 17, Junho de 1982, CEE, Bruxelas, p. 80.

¹¹ M. V. Cabral, «Atitudes da população portuguesa perante o desenvolvimento». Principais conclusões da sondagem de Janeiro de 1991 apresentadas, em colaboração com Eduardo de Freitas e Maria de Lurdes Rodrigues, no colóquio da FLAD citado na nota 1 (a publicar nas *Actas do Colóquio* e, entretanto, disponível para consulta no ICS através do autor).

¹² G. Hofstede, *Culture's Consequences*, Sage, Beverley Hills (Califórnia), 1984.

«eficácia política» que se encontra habitualmente nos outros países da Europa comunitária, onde é quase sempre superior a um terço das populações respectivas¹³.

«ELITES» E «MASSAS» EM PORTUGAL E NA EUROPA

Esta acentuada polarização entre as atitudes da elite e as do resto da população assume, no caso português, contornos curiosamente divergentes, se não mesmo conflituais, perante a Europa. Tomando o nível de instrução dos inquiridos como uma condicionante muito forte da sua maior proximidade ou distância ao poder, conforme o nosso inquérito também sugere, já em 1982 o relator da sondagem do *Eurobarómetro* verificava o seguinte: «O nível de instrução (excluindo de novo as não-respostas, cuja proporção está, evidentemente, muito ligada àquela variável) parece ter uma influência positiva em Espanha e uma influência negativa em Portugal [na apreciação da adesão à CEE]. No primeiro daqueles países, as pessoas mais instruídas são frequentemente mais favoráveis, enquanto a pequena maioria desfavorável se reparte igualmente, qualquer que seja o nível de instrução. Em Portugal, pelo contrário, a fracção da população que se pronuncia desfavoravelmente, embora continue a ser minoritária, tem tendência para aumentar em função do nível de instrução¹⁴.»

Dez anos mais tarde, apesar de níveis de informação que continuavam a ser comparativamente muito baixos, a adesão à Comunidade era já vista como algo de extremamente benéfico para Portugal (82 %, só superados pelos 83 % da Irlanda) e era o país onde as opiniões favoráveis mais tinham aumentado no período anterior à sondagem (Primavera de 1991)¹⁵. A população portuguesa contava-se também entre as mais favoráveis à eventual instituição de uma «cidadania europeia» (71 % contra 60 %, em média, na Comunidade)¹⁶.

Finalmente, Portugal figurava, juntamente com todos os outros países do Sul da Europa, entre os mais favoráveis a «um governo europeu responsável perante o Parlamento Europeu» (63 % a favor e apenas 11 % contra, em comparação com 59 % a favor e 19 % contra, em média, na Comunidade). O mapa apresentado no número do *Eurobarómetro* que temos estado a utilizar (p. 24) é particularmente ilustrativo destes contrastes entre a Europa do Sul, incluindo a França e prolongando-se até à Bélgica, e a Europa do Norte, incluindo as Ilhas Britânicas¹⁷.

Deste mapa ressalta a concordância de atitudes da grande maioria da população portuguesa com a dos outros países meridionais. Ao mesmo tempo,

¹³ *Eurobarómetro*, n.º 17, pp. 24-25.

¹⁴ *Ibid.*, p. 89.

¹⁵ *Ibid.*, n.º 35, Junho de 1991, CEE, Bruxelas, p. 5 e quadros n.º 4 (p. 33) e 5 (p. 34).

¹⁶ *Ibid.*, quadro n.º 21 (p. 54).

¹⁷ *Ibid.*, quadro n.º 37 (p. 54).

é difícil não ver naquele contraste um correlato, se não uma consequência, de um diferente padrão histórico das relações entre a maioria da população e as instituições políticas de cada uma daquelas duas Europas: maior «distância ao poder» a sul, maior «proximidade» a norte, como é, de resto, atestado também pelas diferenças quanto ao sentimento de «eficácia política» acima referidas. Assim se pode explicar a maior propensão das populações do Sul da Europa para aceitarem de bom grado a eventualidade da transferência de poderes dos parlamentos nacionais para um governo europeu responsável perante o Parlamento Europeu.

Não é este o lugar nem o momento para fornecer uma interpretação das causas históricas deste fosso relativamente nítido e potencialmente conflitual entre «elites» e «massas» em Portugal, extensivo, de resto, à Europa do Sul por contraste com a do Norte. Em todo o caso, é legítimo pensar que o carácter segmentado e contraditório da opinião pública portuguesa, nomeadamente perante a Europa, remete para estruturas sociais menos homogêneas e menos integradas do que na maioria dos países europeus.

Não é necessário fornecer dados estatísticos comprovatórios para pensar que entre os factores explicativos da menor integração e maior heterogeneidade social da população portuguesa se hão-de contar, sem dúvida, os seguintes: acentuada segmentação sócio-profissional entre as ocupações manuais (não só na agricultura como na indústria e, também, nos próprios serviços de baixa qualificação profissional) e as ocupações técnicas e intelectuais; desigualdades ainda muito grandes não só ao nível da distribuição dos rendimentos, como sobretudo do património; finalmente, *last but not least*, desníveis extremamente profundos no domínio da educação formal, cujo contraste com os demais países da Comunidade é flagrante.

O défice educativo repercute-se nomeadamente no plano do acesso aos *media* informativos, *maxime* os jornais diários. Confirmando o escasso acesso aos *media* informativos que havíamos encontrado no nosso inquérito referido, ao cabo de mais de cinco anos de integração comunitária, na Primavera de 1991, os índices portugueses eram, de longe, os mais baixos da Europa. Seja através da televisão ou da rádio, a exposição aos noticiários é sempre muito inferior à média comunitária: apenas 53 % dos Portugueses vêem o noticiário televisivo (contra 70 %, em média, na Comunidade), e apenas 28 % ouvem diariamente os noticiários radiofónicos (contra 44 % na Comunidade). Quanto à leitura diária da imprensa noticiosa, o índice português é menos de um terço da média europeia (13 % apenas, contra 46 %) e é muito mais do dobro o número dos que nunca lêem jornais (28 % contra 11 %, em média, na Comunidade e, por exemplo, 2 % na Dinamarca, 3 % na Alemanha, etc.).

Em estreita associação com o défice informativo, os baixos níveis de instrução da população portuguesa repercutem-se também de forma notória naquilo que o *Eurobarómetro* chama a «mobilização cognitiva». Este índice mede a capacidade para formular e defender opiniões próprias, nomeadamente opiniões de ordem política, e serve para identificar os chamados «líde-

res de opinião», o que constitui uma outra forma de abordar as questões da «distância ao poder» e da participação política em geral.

Podemos, com efeito, comparar a «mobilização cognitiva» média dos dez países que integravam a Europa comunitária em 1982 com os resultados que nós próprios obtivemos, dez anos mais tarde, com o mesmo questionário exactamente, para uma amostra representativa da população portuguesa que excluía as pessoas mais idosas (65 anos ou mais) e aquelas que residiam nas localidades mais pequenas (200 habitantes ou menos). Considerando que a «mobilização cognitiva» é mais baixa nos estratos etários idosos e, de uma forma geral, no mundo rural, é de presumir que a sua distribuição real no conjunto da população portuguesa seja ainda mais desfavorável do que na nossa amostra¹⁸:

Mobilização cognitiva	CEE (1982)	Portugal (1991)
Muito alta	12 %	4 %
Alta	31 %	23 %
Baixa	34 %	38 %
Muito baixa	23 %	35 %

CONSTRANGIMENTOS À INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Eis, pois, alguns elementos objectivos ou objectivantes acerca do actual sistema de relações — diferenças e semelhanças — e de atitudes — positivas e negativas — entre Portugal e os demais países da Europa comunitária. *Et ceteris paribus*, a julgar pelas atitudes e comportamentos das camadas mais jovens e das camadas mais instruídas, que, em boa medida, coincidem na sociedade portuguesa por virtude do extremo atraso do processo de escolarização universal, é lícito pensar, apesar de tudo, que Portugal está a evoluir para uma integração e homogeneidade sociais crescentes.

¹⁸ *Ibid.*, quadros n.ºs 46, 47 e 48 (pp. 60-61); v. também o índice composto de utilização dos *media* (quadro n.º 49, p. 61).

Pelos critérios do *Eurobarómetro*, é a seguinte a distribuição da população portuguesa segundo o índice composto de utilização dos *media* informativos; segundo os critérios, porventura mais exigentes, do nosso inquérito de Janeiro de 1991, a distribuição figura na terceira coluna; na primeira figura a distribuição média na Europa comunitária segundo os critérios do *Eurobarómetro*:

Exposição aos <i>media</i>	Eurobarómetro		Inquérito FLAD
	Média da CE	Portugal	Portugal
Alta (+ +)	41 %	22 %	10 %
Média (+)	34 %	34 %	24 %
Baixa (-)	19 %	27 %	29 %
Nula (- -)	6 %	16 %	36 %

A ser assim, é igualmente lícito pensar que a sociedade portuguesa esteja a ultrapassar gradualmente os constrangimentos que, no passado, travaram de forma mais notória o seu desenvolvimento e a sua inserção no espaço europeu. Por ordem decrescente de pregnância, são três os constrangimentos principais que a história nacional permite identificar.

Em *primeiro* lugar, a oposição interna entre o Norte e o Sul, constitutiva da própria «identidade nacional» segundo a tese do medievalista José Mattoso, que actualizou e aprofundou as teses clássicas, *maxime* o *Portugal: O Atlântico e o Mediterrâneo* de Orlando Ribeiro, num livro recente sobre as origens de Portugal¹⁹. Sem prejuízo dos importantes matizes que é necessário introduzir constantemente nesta oposição tradicional, é certo que as diferenças geográficas (clima, relevo, solos, etc.), sociais (nomeadamente os regimes demográficos) e económicas (minifúndio *versus* latifúndio) entre o Norte e o Sul, sem serem exclusivas da formação social portuguesa (ver a Itália), não deixaram de enformar secularmente *duas culturas* sustancialmente distintas.

Tais distinções são ainda hoje claramente observáveis, por exemplo, ao nível das tendências eleitorais, bem como de outras disposições mais subtis, como aquelas que o inquérito citado revelou ao nível das motivações para o trabalho e a «empresarialidade» e como a satisfação com a equidade do actual sistema de oportunidades e recompensas sócio-económicas. Finalmente, as «duas culturas» manifestam-se ainda, apesar da rápida convergência da última década e meia, através da observância dos seus distintos regimes demográficos.

O padrão de comportamentos é ainda nitidamente mais tradicional no Norte, comparado com as tendências manifestadas pelas sociedades europeias e pela sociedade moderna em geral: matrimonialidade e natalidade substancialmente mais elevadas do que no Sul, bem como agregados domésticos mais numerosos; em contrapartida, mortalidade infantil também bastante mais elevada (50 % mais na Região Norte do que na Região de Lisboa) e muito menor propensão para o divórcio²⁰.

Em suma, a população nortenha, sobretudo do Norte atlântico, continua a ser, em média, mais «conservadora», até porque faz uma avaliação mais favorável do sistema sócio-económico do país, mas também mais «empreendedora» do que a do Sul, porventura porque menos inserida — temporal e numericamente — em relações económicas de tipo salarial. Correlativamente, a população do Norte continua a apresentar níveis de instrução e de rendimentos inferiores aos da população do Sul. Dito isto, a própria evolução destes dois últimos indicadores tem contribuído para tornar as diferenças regionais mais subtis, do mesmo modo que se tem vindo a esbater, como

¹⁹ J. Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, vol. 1, *Oposição*, vol. II, *Composição*, 4.ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1991, *maxime* «Introdução», pp. 25-47.

²⁰ *Portugal Social*, INE, 1992.

é sabido, a polarização dos comportamentos eleitorais, se não mesmo das pertenças político-ideológicas.

O abandono das actividades agrícolas em proveito da indústria (o Norte de Portugal é hoje uma das regiões europeias onde é maior o peso do sector industrial) e dos serviços, conjugado com a urbanização difusa e a mediação generalizada traduz-se numa acentuada *desterritorialização* das atitudes e comportamentos individuais, revelando-se os factores sócio-económicos habituais sempre mais explicativos, estatisticamente, do que as pertenças regionais.

A concentração continuada da população no litoral, desde o Minho até ao Algarve, veio também contribuir para desfazer, em medida apreciável, os constrangimentos ao desenvolvimento equilibrado e homogéneo do país gerados pela oposição histórica entre o Norte senhorial-camponês e o Sul burguês-proletário. Por seu turno, a consolidação do regime democrático representativo integrou e superou os conflitos, por vezes abertos e violentos, que a oposição entre as «duas culturas» havia desencadeado após o golpe de estado de 25 de Abril de 1974. Presentemente, esta conflitualidade parece funcionar, sobretudo, como instrumento simbólico da normal acção dos *lobbies* sócio-económicos regionais. Finalmente, a adesão à Comunidade Europeia veio também igualizar as diferentes regiões do país perante o «desafio» externo, tendo constituído, através do contributo para a melhoria das redes de transportes e comunicações e para a difusão de padrões de consumo comuns, um forte elemento de homogeneização do espaço social português.

Em *segundo* lugar, com a descolonização, Portugal deixou também de se distinguir dos demais países europeus. Com efeito, era o Império que havia viabilizado e legitimado, sob o centralismo lisboeta, a junção das «duas culturas» a que acabámos de nos referir. Em contrapartida, a construção e manutenção do Império tinham também, em larga medida, erguido Portugal *contra* a Europa e, nomeadamente, *contra* a Espanha, intermediária geográfica (com o que daqui decorre) entre o centro da Europa e a periferia ocidental. Ao mesmo tempo, haviam colocado o país numa prolongada e estreita dependência relativamente aos seus indispensáveis aliados atlânticos, especialmente a Inglaterra e, mais tarde, os Estados Unidos.

Sem prejuízo das relações privilegiadas que o Estado português tem pretendido manter com os demais países de língua oficial portuguesa, a descolonização constitui, sem dúvida alguma, um corte radical com o principal suporte material e, sobretudo, simbólico da especificidade possível de Portugal no concerto europeu. Do mesmo modo, o fim do Império contribui também para esbater, ao menos materialmente, o conflito de estratégias que dividira as elites portuguesas entre as suas *duas políticas* históricas, a que António Sérgio deu o nome de «política de transporte» e «política de fixação»²¹.

²¹ A. Sérgio, «As duas políticas nacionais» (1925), *Ensaios*, t. II, 2.^a ed., Publ. Europa-América, Lisboa, 1957, pp. 85-122.

Não sendo este o lugar nem o momento para fazer o balanço dos custos e benefícios da projecção imperial para o desenvolvimento da metrópole, nem por isso é menos evidente que, ao contrário de muitas suposições, o fim do Império se saldou, a prazo relativamente curto, por um crescimento rápido e sustentado da economia do país e por uma indiscutível melhoria das condições de vida da população. Por outro lado, a descolonização e a democratização do sistema político, que lhe está intimamente ligada, ao conduzirem à adesão à Comunidade Europeia, permitiram também superar o conflito histórico entre Portugal e Espanha.

Um indicador inequívoco desta profunda inversão da orientação histórica da «nação portuguesa» é o facto de, na meia dúzia de anos que decorreu desde a adesão dos dois países ibéricos à Europa comunitária, as débeis relações económicas que Portugal mantinha com Espanha terem cedido lugar a um processo acelerado de integração. Este processo fez do país vizinho um dos nossos maiores parceiros comerciais e, se entrarmos também em conta com os movimentos de pessoas e capitais, fará da Espanha, a muito breve trecho, o nosso principal parceiro económico. Assim se reproduziram, ao nível da Península Ibérica, os mesmos efeitos de superação dos antagonismos nacionais históricos que o Mercado Comum se destinava a alcançar, através da integração comercial e económica, entre a Alemanha e os outros países da Europa ocidental.

Em *terceiro* e último lugar, o atraso histórico de Portugal no concerto europeu, que explica, como vimos, muitas das diferenças de atitudes e comportamentos da população portuguesa relativamente aos padrões médios europeus, deve-se numa parte indecível, mas não menos indiscutível, à acentuada segmentação entre as elites — melhor dizendo, uma só elite relativamente indiferenciada — e o resto da população.

A superação desta segmentação é função do processo geral de diferenciação social, que o crescimento económico e a própria adesão à Comunidade Europeia terão tendência para acelerar, mas é também função da difusão da escolaridade e da formação profissional, as quais dependem, em larga medida, da vontade autónoma da elite. Finalmente, o esbatimento da segmentação entre governantes e governados é ainda função do próprio funcionamento do sistema político, cujo açambarcamento pós-revolucionário pela classe política e, de uma forma geral, pela elite sócio-económica é notório, pelo que não é de prever uma evolução rápida²².

Nem a historiografia nem a sociologia estão em condições de contribuir, de forma definitiva, para elucidar os termos exactos da relação entre esta segmentação político-cultural e o desenvolvimento sócio-económico. Em todo o caso, a evidência empírica comparativa aponta para uma clara associação positiva entre a integração cultural e a participação política, por um lado, e a *performance* do sistema sócio-económico, por outro. E há boas razões,

²² M. V. Cabral, «A teoria das oligarquias partidárias revisitada», in *Finisterra*, n.º 8, Primavera de 1991, pp. 81-92, *maxime* «O caso português», pp. 88-92.

sejam de ordem cognitiva, sejam de ordem histórica, para pensar que a difusão dos dispositivos modernos de instrução universal não só tem tendência para preceder, como condicionar, a *performance* global do sistema tal como ela pode ser aferida, *a posteriori*, pelo crescimento do rendimento *per capita*.

O atraso acumulado em Portugal na difusão dos referidos dispositivos é, efectivamente, excepcional no contexto europeu, pelo que não é ilícito ver nele a «variável explicativa mais independente» do conjunto de diferenças e semelhanças que aqui tentámos avaliar. Não é este o lugar nem o momento para indagar as motivações que terão presidido à estratégia das elites portuguesas tradicionais no sentido desta dilação excepcional da difusão dos dispositivos da instrução moderna universal, bem como as razões do êxito de tal estratégia. A questão fica, contudo, como uma das mais importantes a esclarecer de futuro. Finalmente, há todos os motivos para pensar que a remoção deste constrangimento, que tem pesado sobre o desenvolvimento da sociedade portuguesa no seu conjunto, se traduza, a prazo, por um gradual esbatimento das diferenças de atitudes e comportamentos que ainda a distinguem dos padrões médios da Europa comunitária.